

**MANUAL DE INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS E RECOMENDAÇÕES**  
**SELO DIGITAL DE FISCALIZAÇÃO**  
**VERSÃO 2.1**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

## SUMÁRIO

1.1 .xsatos.xsd.....	3
1.1.1 .messageAto.....	3
1.2 .xscomum.xsd.....	3
1.2.1 .Ato.....	3
1.2.2 .AtoSelado.....	3
1.2.3 .ProcessoJudicial.....	3
1.2.4 .Casamento.....	4
1.2.5 .AtoArtigo163Lei6015.....	4
2.1 .Ente Declarado de Utilidade Pública Estadual.....	4
2.2 .Tipos de Atos.....	4
2.2.1 .Descontinuado.....	5
2.2.2 .Criados.....	5
2.3 .Tipos de Cobrança.....	5
2.3.1 .Descontinuados.....	5
2.3.2 .Alterado.....	5
2.3.3 .Criados.....	5

## 1. ALTERAÇÕES NOS MODELOS DE ATOS (XSD'S)

### 1.1 . xsatos.xsd

#### 1.1.1 . messageAtos

O elemento “**version**” foi fixado em **2.1**. A versão 2.0 continua sendo aceita, porém em modo de compatibilidade, ou seja, nela não estão disponíveis as alterações do modelo que são descritas abaixo.

### 1.2 . xscomum.xsd

#### 1.2.1 . Ato

No tipo complexo Ato foi incluído o elemento obrigatório “**dataSolicitacaoAto**”, que representa o momento em que o ato foi solicitado no balcão da serventia (ou criado no sistema informatizado), e deve ser declarado após o elemento 'dataAto'.

#### 1.2.2 . AtoSelado

No tipo complexo AtoSelado foi incluído o elemento não obrigatório '**processoJudicialRessarcimento**'. Este elemento deve ser usado para fins de ressarcimento, englobando os elementos “tipoProcesso” e “numeroProcesso” relacionados abaixo e ser declarado logo após o elemento “solicitante”.

Aqui também foi incluído o elemento não obrigatório “**tipoEnteDeclaradoUtilidadePublicaEstadual**”, que deve ser declarado logo após o elemento “processoJudicialRessarcimento”. O seu preenchimento deve ser feito utilizando o código corresponde da nova tabela padrão descrita no item **2.1**.

#### 1.2.3 . ProcessoJudicial

No tipo complexo ProcessoJudicial foi incluído o elemento não obrigatório '**tipoProcesso**', uma enumeração onde são permitidos os seguintes valores:

- “Justiça comum estadual de primeiro grau de Santa Catarina - juizes de primeiro grau da justiça estadual de Santa Catarina”;
- “Justiça comum estadual de segundo grau - Tribunal de Justiça de Santa Catarina/TJSC”;
- “Outras Justiças”.

Aqui também foi removida a obrigatoriedade do elemento '**numeroProcesso**'. Apesar disso, quando existente a informação, ela deve ser remetida na estrutura do ato.

#### 1.2.4 . Ccasamento

No tipo complexo Ccasamento foi incluído o campo não obrigatório “casamentoColetivo” do tipo *boolean*, que deve ser declarado logo após o elemento “matricula”

#### 1.2.5 . AtoArtigo163Lei6015

No tipo complexo AtoArtigo163Lei6015 foi incluído o elemento não obrigatório “numeroUnidadesAutonomas”, que deve ser declarado logo após o elemento “valorObjeto”.

Este campo destina-se à informação do número de unidades autônomas envolvidas no procedimento de incorporação.

## 2. ALTERAÇÕES NAS TABELAS PADRÕES

### 2.1 . Ente Declarado de Utilidade Pública Estadual

Foi disponibilizada a nova tabela padrão correspondente a partir do webservice do Selo Digital através da chamada “getEntesDeclaradosUtilidadePublicaEstadual”.

O acesso a este método não necessita autenticação.

Campos disponibilizados pela tabela:

- Long cdentepub;
- String lei;
- String dtLei;
- String dtLeiExtenso;
- String nomeEntidade;
- Integer cdcomarca;
- String nomeComarca;
- String nomeComarcaEntidade;

### 2.2 . Tipos de Atos

Os tipos de atos obtidos através da chamada “getTiposDeAtos20” foram alterados conforme abaixo.

#### 2.2.1 . Descontinuado

Código	modelos	Descrição
349	xsCGenerica.xsd	Certidão Pessoa Natural

### 2.2.2 . Criados

Código	modelos	Descrição
434	xsCAusencia.xsd	Registro de Ausência com certidão
435	xsCEmancipacao.xsd	Registro de Emancipação com certidão
436	xsCInterdicao.xsd	Registro de Interdição com certidão
437	xsCMortePresumida.xsd	Registro de Morte Presumida com certidão
438	xsCNegativa.xsd	Certidão Negativa - RCPN
439	xsCGenerica.xsd	Certidão de retificação, averbação, restauração ou cancelamento de registro - RCPN
440	xsCGenerica.xsd	Certidão de anotação feita no próprio cartório, ou mediante comunicação a outro, em obediência ao regulamento dos registros públicos - RCPN

### 2.3 . Tipos de Cobrança

Os tipos de cobrança obtidos através da chamada “**getTiposDeCobranca20**” foram alterados conforme abaixo:

#### 2.3.1 . Descontinuados

Código	Descrição
11	Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 110 - Erro Material)
19	Isento (Lei Federal n. 12.651/12, Art. 53, parágrafo único - Novo Código Florestal Reserva Legal)

#### 2.3.2 . Alterado

Código	Descrição
32	Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual)

#### 2.3.3 . Criados

Código	Descrição
33	Isento (Lei Estadual n. 8.589/1992 (Pessoas portadoras de deficiências físicas e as que tenham atingido o limite previsto para aposentadoria)
34	Isento (Provimento n. 19/2012-CNJ, arts. 1º e 2º)

### 3. ALTERAÇÕES NA POLÍTICA DE OBTENÇÃO DE SELOS

A limitação de 20 (vinte) mil selos por arquivo de transmissão na chamada **“getSelos”** já havia sido removida na versão 2.0 e este comportamento permanece na 2.1 possibilitando ajuste no comportamento do mecanismo de disponibilização, que é acionado pela chamada **“redispobilizaUltimaTransmissaoSelos”**

O uso desta funcionalidade (principalmente em sua utilização a partir da infraestrutura antiga) permitia que a liberação de transmissões fosse executada sequencialmente, o que acabava por acumular selos de transmissões que já tinham sido concluídas com sucesso.

Para minimizar este tipo de problema, o acionamento da disponibilização foi alterado, de modo que não é mais possível liberar transmissões quando existem selos para serem baixados pela serventia.

O efeito prático é que não será mais possível acionar a disponibilização duas vezes seguidas, fazendo com que apenas a última transmissão possa ser liberada.

Abaixo descrevemos o procedimento to esperado da obtenção de selos pelos sistemas das serventias:

- a) acionamento da operação `getSelos()` após as 14:20;
- b) verificação do arquivo recebido, efetuando-se no cliente a validação XML com base nos schemas XSD's disponibilizados pelo projeto do Selo Digital;
- c) caso o arquivo seja inválido, proceder a operação `getSelos()` novamente. Se a resposta for a exceção "Não existem selos disponíveis para serem transmitidos.", será necessário acionar o operação de disponibilização de selos `redispobilizaUltimaTransmissaoSelos()` para tornar possível que a transmissão seja libertada para novo download;
- d) havendo falha após esse procedimento, recomenda-se uma espera de 15 minutos para que a seguir seja executada nova tentativa automática. persistindo o problema o sistema enviaria notificações para intervenção manual.